



LEI N.º 1.878, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera a Lei Municipal n.º 1.685, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Tutelar do Município da Aliança, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ALIANÇA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º O artigo 33 da Lei Municipal n.º 1.685, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 33. (...)

§ 4º *Será devido o pagamento de adicional de periculosidade aos Conselheiros Tutelares que, em razão do exercício de suas atribuições, estejam expostos, de forma habitual e permanente, a risco acentuado à integridade física.*

§ 5º *O adicional de periculosidade de que trata o parágrafo anterior será pago no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento mensal da função de Conselheiro Tutelar, não se incorporando ao valor do vencimento-base para fins de*



Prefeitura da
ALIANÇA
#trabalhandopelopovo

reestruturação remuneratória, ressalvados os reflexos previstos na Legislação Previdenciária.”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aliança – PE, 10 de dezembro de 2025.

PEDRO ERMINIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO
Prefeito Municipal